

LIDO EM SESSÃO
EM: 16/10/25
1º SECRETÁRIO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

APROVADO
Na Sessão do dia 16/10/25
PRESIDENTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

2º QUADRIMESTRE DE 2025

Alagoinhas, 30 de Setembro de 2025.

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, à hora regimental, à Câmara Municipal de Alagoinhas realizou uma Audiência Pública de acordo **Ofício nº 015/2025, do Poder Público Municipal** para a apresentação do Relatório da Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2025, de acordo as metas fiscais referida no **§1º do Art. 166 da Constituição Federal**, em cumprimento a Lei complementar 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Dentre os convidados presentes estavam: **Menara de Souza Damião – Controladora Geral do Município, Antônio José Oliveira Lins – Secretário Municipal de Fazenda, e os Vereadores Alexandre Alves da Silva Leite, Anderson Carlos da Silva Carvalho “Anderson Xará”, Caio Ícaro Silva Ramos, Darlan Lucena Oliveira, Edvaldo Silva Santos “Edy da Saúde, Francisco**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

Ribeiro de Oliveira "Thor de Ninha", Gleyser Soares Nascimento, Jorge de Santana Gonçalves "Jorge da Farinha", José Edésio Cardoso Silva, Jucileide Cardoso dos Santos, Luciano Márcio Santos Almeida, Norberto Alves Moita, Osvaldo Santos, Raimunda Neire Florencio de Souza e José Cleto dos Santos Filho. Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Presidente José Cleto Filho, invocou a proteção de Deus e abriu os trabalhos transformando a Sessão Ordinária em Audiência Pública. **QUESTÃO DE ORDEM – Ver (a) Juci Cardoso**, queria registrar aos membros do executivo, o cuidado do cumprimento que diz a lei nº 41/2012, da obrigação do gestor do SUS de prestar contas do quadrimestre tanto do quantitativo, quanto qualitativo. Desde do quadrimestre anterior não estamos tendo a apresentação nem da saúde e nem da educação. E isso é obrigatoriedade dos gestores das respectivas pastas estarem presentes para suas apresentações. **Com a palavra o Sr. Presidente, diz:** que espera que os representantes possam dar suas justificativas e cumpra o

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

que diz a lei. Obrigado! **O Sr. Presidente passa a palavra ao Sr. Antônio Lins – Secretário Municipal de Fazenda, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Saúdo a todos os presentes. Dizer a Vereadora que irei intermediar essa situação e trarei uma posição com relação ao que foi dito. Já tivemos várias reuniões e a Secretaria está de portas abertas para diluir qualquer dúvida. **Em seguida o Sr. Antônio Lins – Secretário de Fazenda faz sua apresentação através de slide que está em anexo a essa Ata. O Sr. Presidente passa a palavra a Sra. Menara de Souza – Controladora do Município, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Quero saudar está Casa na pessoa da Vereadora Jaldice Nunes e desejar um bom retorno. Vamos iniciar com a aplicações dos índices constitucionais. **Em seguida a Sra. Menara de Souza – Controladora faz sua apresentação através de slide que em anexo a essa Ata. O Sr. Presidente passa a palavra a Vereadora Juci Cardoso, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Saúdo a todos os presentes. Sejam bem vindo Srs. Secretários. Quero dizer que a forma que essa

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

apresentação se dar na minha opinião cria dificuldades, principalmente, porque não é disponibilizada em tempo. Com relação aos dados que estão no diário oficial já discutimos nesta Casa ao longo dos cinco anos continuamos dizendo nem todos os dados fiscais que estão no site da transparência são visíveis. Então não dar para fazer o acompanhamento pelo site. No quadrimestre tem de trazer os dados qualitativos e quantitativos. Devida a obrigatoriedade estabelecida pela legislação do Fundo Municipal de Saúde tem de prestar contas detalhada da aplicação e cumprimento de metas, inclusive relacionando ao plano municipal de saúde. Hoje tivemos a ausência tanto de Secretário de Saúde, quanto de educação, e estamos no segundo quadrimestre apresentado pelo Governo e com as mesmas questões. Com relação as indenizações a terceiros, da parte de responsabilidade solidaria, qual foi o valor pago nesse quadrimestre? Com relação a regulamentação da Lei Anticalote, vimos em todos os quadrimestres o município está pagando um

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

preço absurdo de indenizações por questões trabalhistas e por irresponsabilidade solidaria. E isso só faz endividar o município, mostra que falhamos quando contratamos e da forma que fiscalizamos. Obrigado! **O Sr. Presidente passa a palavra ao Vereador Luciano Almeida, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Saúdo a todos os presentes. Srs. Secretários seja vindo a está Casa. Realmente não tivemos acesso ao material há tempo. Há uma previsão que foi feita de arrecadação de tributos federais e estaduais que não alcançou a meta e isso é preocupante, porque estamos no segundo quadrimestre e ainda não alcançou 50% (cinquenta por cento), do que estava previsto. **Responde o Sr. Antonio Lins – Secretário de Fazenda, diz;** que essa previsão é receita. Mas não é arrecadação do município. O que acontece? Essa arrecadação é do Estado e é repassada para o município. O Estado não arrecadou naquele montante a ponto de repassar para o município. **Pergunta Ver. Luciano Almeida,** já que tinha essa previsão da arrecadação do governo do estado, e do governo federal, e

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

[Handwritten signatures in blue ink, including names like Antonio Lins, Luciano Almeida, and others, scattered across the bottom of the page.]



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

quando chegar no terceiro quadrimestre se a arrecadação não for o que está previsto qual é o plano B da prefeitura?

Responde Sr. Antonio Lins – Secretário, diz: que já aumentou na arrecadação do município, e só pode intervir diante da arrecadação municipal. **Com palavra Ver.**

Luciano Almeida, vir uma previsão de arrecadação de IPTU no valor de R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), e hoje só teve arrecadado R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). **Responde o Sr. Lins – Secretário, diz:** que foi uma situação que comentou, fez um lançamento a posterior do IPTU. **Com a palavra Luciano Almeida,** gostaria de fazer uma observação. Recebi no meu aplicativo e informei até ao Prefeito Gustavo que a cidade do Conde foi a primeira cidade a implantar o sistema de IPTU, onde tem mais de seis anos. **Responde o Sr. Secretario, diz:** que ali não é BOLEPIX. Aquilo é um boleto administrado pelo um banco que tem um contrato com o município. Se boleto do Conde quem for pagar por qualquer banco digital não paga. Que a tecnologia do município de Alagoinhas é mais moderna

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

com atualização eletrônica, inclusive pix. **Com palavra Ver. Luciano Almeida**, os maiores impostos que tem em nossa cidade é o IPTU, e os maiores devedores são o que tem maior poder aquisitivo, mais as pessoas que moram na periferia, na zona rural e as mais humildes são que pagam mais seus IPTU em dia. E hoje no SAC tem um congestionamento muito grande para tirar seus boletos. Com esse programa não seria interessante entregar o IPTU nos bairros em documento físico. E no Centro da cidade fosse de forma digital. E com um tempo os contribuintes fossem se adequando. Porque terá uma baixa na arrecadação pela dificuldade que contribuinte terá na retirada do comprovante. Com relação a data de pagamento do IPTU seria interessante que fosse no começo do ano para que possa está dentro do planejamento das pessoas. E caso não alcance o que o estado e a federação que estava previsto de arrecadação de repasse que vocês farão? **Responde o Sr. Antonio Lins – Secretário de Fazenda, diz:** que hoje vamos

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

acompanhando a arrecadação e as despesas e temos um controle das receitas junto com as despesas. E nós não temos como intervir nessa linha de arrecadação do Estado e da União. São repasses que são obrigatórios para o município o que temos que fazer é só controlar. Com relação aos contribuintes concordo que classe mais carente paga seus tributos em dia. Mas escutamos que muito estava com dificuldade de receber seus boletos e de pagamento. Mas vimos muitos contribuintes que aderiram ao Banco Digital, sendo uma forma mais fácil e menos custoso para fazer seus pagamentos. Nesse início será difícil para contribuinte ao acesso, mas acredito para o próximo ano já existe uma previsão nossa em fevereiro seja lançado o IPTU em parcelamento, e em abril a cota única. Vamos estudar maneiras para criar facilidades para o cidadão para poder incrementar. **Pergunta Ver. Luciano**, se tem a capacidade de fazer REFIS para esse ano? **Responde o Sr. Secretário, diz:** Não. Fica difícil para esse ano. Porque o REFIS que tem que ser estudado diante de nossa dívida.

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

Então para esse ano não, mais pra o próximo ano pode ter essa possibilidade. **Responde a Sra. Menara de Souza- Controladora, diz;** que está fazendo trabalho no controle interno, para fazer um levantamento ao auxiliando Lins nessa função. E Estamos com auditor Wellinton iniciando um trabalho nessa linha para que ano que possamos implementar. **O Sr. Presidente passa a palavra ao Vereador Francisco Ribeiro “Thor de Ninha”, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Quero saudar a todos os presentes. Parabenizar ao Secretário de Saúde Dr. Virginio pela premiação de Saúde Mental e pelo trabalho que está sendo desenvolvido a frente de sua pasta. Quero Parabenizar ao Sr. Pedro Sobral – Superintendente da SMT pela Semana Nacional de Trânsito, e pelo trabalho desenvolvido a frente do nosso município durante esses poucos meses. E dizer que estou muito satisfeito pela apresentação. Tenho acompanhado ao longo dos meses as receitas, as tendencias das despesas, e o que ouvimos aqui de forma pedagógica é que o município está buscando seu

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

equilíbrio financeiro. Temos observado que tem hostilidade nas despesas, e que haverá um aumento na arrecadação sem tributar o cidadão, e na redução dos índices de endividamento. Vimos também as despesas com pessoal está dentro do limite prudencial, sabemos que tiveram uma negociação com os servidores no acréscimo de seus salários. O FUNDEB foi usado 80%, e Educação com índice de 26, 15%. Com relação a zona azul não conseguimos enxergar os recursos na apresentação. E os recursos oriundas das vendas dos terrenos. Gostaria que o Secretário explicasse com relação esses recursos. Com relação ao precatório foi previsto o valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) e para o próximo ano será no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Esses recursos do precatório seriam das indenizações trazidas pela vereadora Juci? Com relação a receita prevista de capital era de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), e as despesas de capital usadas foram de R\$ 31.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais), esses trinta milhões foram

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

utilizadas em despesas corrente? Com relação aos resultados primário e nominal, resultado primário que garante a capacidade do município, que avalia se o município está saneado de pagar suas dívidas está no valor de R\$ 41.041.000,00 (quarenta e um milhões e quarenta e um mil reais), pra uma meta de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), isso permanece até o final de ano? E o resultado nominal meta era de R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais) e já está em R\$32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), então isso mostra que o dever de casa está sendo feito. Estou muito satisfeito com a apresentação e acho que o município está no caminho certo. Obrigado! **O Sr. Presidente passa a palavra a Vereadora Luma Menezes, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Saúdo a todos os presentes e que nos estão nos ouvindo. Quero parabenizar aos Secretários pela apresentação que foram feitos. Dizer que corroboro com a fala da Vereadora Juci Cardoso com detalhamento relacionado a educação e a saúde. Conseguimos através do

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

diálogo aqui está casa garantir que nos quatro anos anteriores a cada quadrimestre tivesse a apresentação detalhada dessas duas áreas, principalmente para garantir mais transparência e através disso para possamos identificar gargalos, dificuldade e desafios. Para além dessas duas discussões, é importante a também a apresentação de outras secretarias. Porque tem muito questionamentos que consequentemente os presentes não poderão responder a respeito das metas e indicadores que foram apresentados. Temos uma meta para 2025 para renovação da frota de ônibus de 50%, e no indicador de realizado está dizendo que 10% dessa frota foi renovado. A respeito do compromisso da gestão de garantir novos ônibus para cidade, de garantir tarifa zero para comunidade. Qual passo que falta para garantir e cumprir essa promessa de campanha? E porque estamos tão distantes de metas que foi estabelecida para este ano? Temos presença do Secretario de Saúde que pode auxiliar nas perguntas. Qual o índice de animais que foram tratados

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

e identificados para tratamento através da vigilância sanitária? A realização no final de agosto foi de 0%. Porque foi 0% (zero por cento)? Porque não conseguimos garantir atendimento para esses animais? Então por isso que seria interessante a presença das Secretarias nesta audiência para serem tiradas as dúvidas. Com relação a dívida consolidada a estimativa até o mês de agosto foi de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil de reais) de precatório queria que explicasse de forma detalhada. Com relação ao endividamento do município, depois dos consequentes empréstimos, e se colocamos na Categoria C, uma categoria de risco. E vimos nos bastidores que mais um empréstimo chegará a está Casa, mesmo com alto índice de endividamento em nossa cidade. E isso gera revolta e preocupação. Mesmo estando em categoria de risco poderá a chegar à está Casa mais um empréstimo para investimento que nem podemos garantir. Então fica a nossa insatisfação da saúde financeira de nossa cidade. Com relação ao IPTU, temos uma previsão da

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

implementação da possibilidade que o IPTU venha com sustentabilidade, mais responsabilidade e garantir mais pagadores? Podemos mascar a data da audiência pública do PPA? Para que possamos dialogar com relação a peça orçamentaria. Obrigado! **Responde o Sr. Antonio Lins-Secretário de Fazenda, diz;** com relação a Zona Azul, essa alienação é vindas de receita de capital. Na a apresentação se fossemos detalhar todo tipo de receita e despesas iria ficar gigantesca e seria cansativo. Então a ideia principal da apresentação é trazer os dados de forma consolidada porque tem como chegar ao um valor final. Existem dados que não lembro especificamente dos números, mais estamos de portas abertas e trago esses dados sem problemas. Com relação ao incentivo do IPTU, antes de vir para está Casa, faremos um estudo sentando juntos com os Srs. Vereadores para vermos esse entendimento. Com relação a perguntas dos Vereadores Juci, Luma e Thor de Ninha irei está trazendo de forma detalhada, por que não é questão rápida, são mudanças adequadas a cidade que

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SÚPERVERSOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

antes mesmo de trazer para votação vamos discutir todas situações. Com relação a receita de capital teríamos duas situações: as emendas voltadas a investimento em capital, e outra é que tivemos pagamentos e investimentos, por isso que sai de uma linha muito grande ficando nos R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais). A legislação diz que a receita corrente pode cobrir uma despesa de capital, agora uma receita de capital não cobrir uma despesa corrente. Isso é normal. **Responde a Sra. Menara de Souza – Controladora, diz;** com relação aos precatórios a gente lança após os processos ser transitados e julgados. Então a gente recepiona a lista e fazemos a inscrição. Temos a ação do governo de estar frente da procuradoria dos processos, mas é uma relação que recebemos do judiciário. **Com a palavra Ver. (a) Juci Cardoso,** gostaria de fazer uma observação com relação ao dado para o planejamento da administração pública. Que o planejamento da administração pública caminhe na medida que tenha consonância com a demanda da

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

[Handwritten signatures in blue ink, including names like Juci Cardoso and Antonio José Caldeira da Silva Júnior]

[Handwritten signature in blue ink, likely of Antonio José Caldeira da Silva Júnior]

[Handwritten signatures in blue ink, including names like Sra. Menara de Souza]



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

população. E se não fizemos análise desses debates naturalmente o debate da LOA do orçamento anual fica prejudicado. Compreendo orçamento público que não dar tudo e tem que trabalhar com prioridades, só prioridades não define com narrativas e sim com planejamento de recursos para anteder aquelas demandas. O Sr. colocou (Secretário), com relação as emendas seriam interessantes que discutimos de uma forma que direcione para as necessidades do município: individuais, políticos, eleitorais seja do deputado, ou dos vereadores, ou vereadoras. **Com a palavra o Sr. Presidente José Cleto**, gostaria de fazer uma observação que é clamor desta Casa, e isso vem acontecendo em sessões anteriores, ou em governo passados, do tempo do tempo de disponibilizar apresentações. Por estou dizendo isso, por que já foi cobrado hoje e é algo que a gente sempre vem cobrando. Chegou no e-mail desta Casa a apresentação ontem em torno de 16:00 (dezesesseis horas), e de imediato a servidora nos enviou, e passei para o líder do Governo para que

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

fizesse esse intermédio. Então gostaria de fazer essa ressalva para que possa chegar com antecedência. **Em seguida o Sr. Presidente passa a palavra para a plateia presente. Com a palavra o Sr. Leandro Sanson – Professor,** Saúdo a todos os presentes. O que mim preocupa como munícipe justamente o que foi citado pela Vereadora Luma com relação ao grau do endividamento do município. Porque sabemos que o município endividado perde a capacidade de investimento. Quanto o município hoje em termo de percentual em gasto com pessoal? Desse endividamento que o município tem hoje qual o percentual que compromete o orçamento? E quanto o município investiu para esse ano? Para termos um panorama de fato se isso está endividando o município. Obrigado! **Com a palavra Ver. Francisco Ribeiro Thor de Ninha,** minhas palavras vão na direção do professor Sanson do endividamento do risco C. Com relação a taxa SELIC de 15%, dificulta a arrecadação do município? Porque se aumenta a taxa diminui o investimento de produção. E se

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

diminui o investimento de produção diversas tributações que são oriundas dessa o governo federal deixa de arrecadar vindo menos recursos para o município. Nessa questão risco C tenho uma preocupação em relação a mobilidade social. Nós tivemos uma grande mobilidade social por conta dos programas do governo federal. Mas percebemos que hoje tem pessoas que nem consegue comer, então estamos com uma parcela que mesmo comesse programas sociais estão conseguindo sobreviver. Precisamos dentro do município tentar ver uma forma de criar um bolsa família municipal. Digo isso pelo que vejo na apresentação e pelos os dados que o município está fazendo seu dever de Casa tendo superavit. Com relação ao endividamento o município tem condições de cumprir suas obrigações? Obrigado! **Responde a Sra. Menara de Souza – Controladora**, com relação as emendas temos uma preocupação grande com legalidade dos gastos. E temos dificuldade internamente de executar por conta de como são feitas emendas. Quero propor um ciclo

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

legislativo e executivo para podermos tratarmos disso. Para que entendam como isso reflete no município de forma processual. Com relação a questão do índice de endividamento parte dele é para investimento e para despesas do município. Se ver o resultado primário isso não quer dizer que temos aquele valor de sobra. Ele reflete na capacidade de está gerindo os recursos. Quando temos um resultado positivo estamos gastando dentro de um contexto de arrecadação, e não gastamos mais do que se arrecada. A gente vem fazendo esse controle quadrimestralmente e vamos continuar esse cenário. Entendo a preocupação da Vereadora Luma mais é uma tratativa que estamos fazendo com muita cautela. Porque quando formos contrair um empréstimo não estejamos fora do patamar de regularidade fiscal. Com relação a despesas pessoal, e uma despesa que inevitavelmente irá crescer e não é pelas questões dos cargos. Porque todo temos nossa data base e temos aumento inclusive de obrigação que são tratados inclusive com o sindicato. E

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

esse ano temos um incremento com despesas com o INSS em função da perda da desoneração. Mesmo com isso conseguimos colocar as despesas com pessoal no equilíbrio. Apesar de terno um índice folgado precisamos cuidar, por que senão aumenta longo do ano.

Consideração Finais Sr. Antonio Lins – Secretario, agradeço a presença de todos. Coloco não só Secretária de Fazenda e sim todas Secretárias estão de portas abertas para qualquer dúvida. Agradecer a está Casa. Porque os índices que tem demonstrado aqui e a seriedade que temos demonstrado também faz parte a Câmara de Vereadores. Os dados estão anotados e na próxima audiência traremos. O que o Sr. Presidente colocou de pronto será atendido para o próximo quadrimestre estaremos enviando com uma antecedência de 15(quinze) dias. **Nada mais havendo a Sra. Presidente convoca os Srs. Vereadores para a próxima Sessão, que se realizará no próximo dia 2 de outubro do corrente ano e, em nome de Deus encerrou os trabalhos.**

Para constar, foi lavrada a presente Ata que após lida,

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

discutida, aprovada e por todos assinada, será arquivada
nos anais desta Casa.

Francisco Ribeiro de Figueira (Fonseca de Vitorino)

Francisco de Almeida

Francisco C.

(Signature)

*Francisco de Almeida
Francisco de Almeida*

(Signature)

(Signature)

(Signature)

(Signature)

Francisco M. R. R.

(Signature)

(Signature)
ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO